



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CAMPUS PINHEIRAL

<b>Presidente:</b> Marcos Fábio de Lima Miranda	<b>Data:</b> 16/02/2022	<b>Nº:</b> 02
--	----------------------------	------------------

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2022, às oito horas e dez minutos, foi realizada a segunda reunião do Colegiado do Campus. Estiveram presente o presidente Marcos Fábio de Lima Miranda, os representantes docentes Cilmar Santos de Castro, Daniela Augusto Chaves, Anderson da Costa Xavier, os representantes dos técnico-administrativos Marlon Sarubi da Silva, Sônia de Alcantara Gouveia, Rosangela Antunes Terra e Leonardo de Souza Campos, os representantes dos discentes Rafaela Silva de Souza, Thiago Barbosa Ferreira Sant'Anna, os representantes da Direção de Ensino, Sabrina Araújo de Almeida, Direção de Administração, Sandro Luiz Batista Machado, Diretoria de Apoio Técnico ao Ensino e Produção, Vanessa Ferreira de Macedo, os convidados Livia Puello de Barros Gil, Roberto Pires Silveira, Manoel Honório Filho, representantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS). Professor Marcos Fábio iniciou a reunião dando boas-vindas aos membros, falando sobre a pauta de **Informes Gerais**. De forma breve, informou que o processo seletivo para cursos integrados 2022 que seria presencial no Campus, foi transferido, pela empresa organizadora, para o município de Volta Redonda. Informou também, que o Centro Agrônomo Professor José Tadeu Dutra já está totalmente equipado e pronto para receber os alunos e os servidores. Ainda sobre informes, falou que o novo Portal de acesso ao Campus já está pronto e que será discutido durante a reunião. Antes de seguir para o próximo ponto, professor Marcos Fábio registrou a presença dos professores Roberto e Livia e informou que já iniciaram a transição das direções, portanto os convidou para participar dessa reunião. Dando continuidade seguiu-se para o próximo ponto de pauta, **Discussão do Projeto de Drenagem de águas pluviais da Prefeitura de Pinheiral**. Professor Marcos Fábio relatou que recebemos um ofício, da Prefeitura Municipal de Pinheiral, com o croqui de um projeto solicitando autorização para realização de uma obra de drenagem de águas pluviais, para que a água drenada seja jogada dentro do Espaço Ecológico Educativo (EECOE). Antes de dar uma resposta à Prefeitura, foram realizadas reuniões com a Comissão de Meio Ambiente, integrada por especialistas da área, para elaborar um documento com os impactos e as sugestões possíveis para essa questão. Para discorrer sobre essa pauta foram convidados os membros José Arimathéa e Manoel. Marcos Fábio reforçou que com a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), a Prefeitura Municipal de Pinheiral recebeu 4.000.000,00 (quatro milhões) de reais para investir em obras de infraestrutura ligadas a drenagem e água de esgoto. Manoel fez uma breve descrição do projeto, relatando que Prefeitura Municipal de Pinheiral tem um problema antigo de drenagem naquela região do Restaurante da Tânia e parte do Bairro BNH. Existe uma rede que está interrompida em que eles não deram continuidade e agora a ideia é fazer uma rede nova lançando dentro da área do Campus. Manoel falou que o projeto apresentado pela Prefeitura está incompleto faltando informações para mensurar de fato os impactos. Com o que foi apresentado já identificaram diversos problemas. Resumindo, eles queriam trazer uma rede, fazendo o lançamento dentro da nossa área e sem nenhum tipo de terminação da rede. Dessa forma o mínimo que causaria seria uma erosão que prejudicaria toda aquela área. Quando se fala em drenagem, sabe-se que essa água não seria oriunda apenas das águas pluviais já que no município temos uma rede única de esgoto e água pluvial. Como estamos inseridos no município temos a preocupação de auxiliar na resolução dos problemas, portanto estamos analisando a possibilidade de receber a drenagem de águas pluviais somente num trecho que o grupo entendeu como razoável. Professor Arimathéa complementou que o grupo entende que deva concordar com o encaminhamento das águas que hoje naturalmente vertem e se encaminham para a área do EECOE. No croqui apresentado estão direcionando essas águas para o Campus. Professor Arimathéa destacou que nessa semana tivemos um episódio de chuva forte em Arrozal, o nível do cachimbal ficou muito alto, e é um evento típico que possa trazer complicações para o Campus com a entrada





de águas que não são naturalmente drenadas. Conforme já exposto pelo Marcos Fábio, a Prefeitura recebeu um recurso para tal, e a sugestão é a priorização do encaminhamento desse recurso para resolver esse problema de drenagem urbana da cidade, já que está englobado na questão de saneamento básico. A grande questão é resolver o problema da população sem jogar para o nosso Campus. Marcos Fábio de forma resumida, informou que finalizarão o documento ainda hoje e que dirão que o curso natural da água seguirá, mas a intervenção de pegar a água de outras localidades para ser lançada no Campus não será permitida. A contraproposta elaborada pela comissão é apresentar outra alternativa para a drenagem dessas águas pluviais. Professor Cilmar falou que quanto ao aspecto técnico está muito esclarecido, mas gostaria de questionar como está o diálogo com a Prefeitura, ou seja, existe espaço para essa contraproposta? Marcos Fábio respondeu que a Prefeitura vem fazendo essa solicitação de aprovação desde o ano passado, e inclusive receberam a visita do Prefeito e Secretário de Obras. Nessa visita, em conjunto ao Manoel e Marlon, membros da Comissão de Meio Ambiente, foram até a área e pediram que apresentassem um projeto. No final de dezembro, recebemos um croqui e então, Marcos Fábio pediu um prazo para avaliar. Recebemos um ofício da Prefeitura solicitando 30 dias de resposta, que expirou no dia 13 de janeiro, por isso finalizarão o documento essa semana. A Direção-Geral e Comissão gostariam de apresentar essa proposta não só para o Prefeito e Secretário de Obras, mas também aos Vereadores, já que um Vereador reside naquela área. Nossa ideia é que resolva o problema da população como um todo. Professor Arimathéa complementou que a expectativa existe, mas que a ideia de envolver os vereadores e a comunidade é justamente dar transparência ao problema e mostrar a situação. Nós também temos a preocupação em preservar o nosso patrimônio, a nossa proposta pode sim não ser muito bem recebida pela Prefeitura, mas temos que encarar a realidade. Professor Anderson parabenizou o trabalho da equipe técnica formada pela Comissão, e ressaltou que desde que entrou no IFRJ, em 2014, já presenciou vários episódios de chuva que alagou várias vezes as áreas do Campus. Reforçou que com a privatização da CEDAE muitas prefeituras estão recebendo recursos oriundos desse processo e que o Campus não pode ser usado como trampolim para nenhum projeto político. Professor Anderson sugeriu, como membro de um conselho consultivo, que chamássemos uma audiência pública na Câmara de Vereadores e que levássemos a nossa comissão e convidássemos a comunidade como um todo e também a comunidade do IFRJ para que fique em âmbito público. Ressaltou que há uma indisposição da comunidade em relação ao Campus, que já está sendo revertida, mas quaisquer espaços que vá ainda há resquício da relação conflituosa entre o Campus e cidade, então precisamos dessa audiência pública. Professor Anderson sugeriu que oferecêssemos o nosso Campus para a realização, tendo em vista que o espaço da Câmara de Vereadores é pequeno. Marcos Fábio concordou tanto com a ideia da audiência pública quanto de ser realizada no Campus e falou que a relação da população com o Campus tem melhorado bastante, principalmente após o projeto do IFRJ de Portas Abertas. Professora Livia reforçou a preocupação de fazer esse esclarecimento a população, pois pode parecer que o Campus está dificultando a resolução de um problema que é da comunidade. Marlon também acha importante expor a situação, e relatou que em 2011 foi pego de surpresa quando estava almoçando num restaurante e de repente viu um trabalho que já estava sendo realizado naquela área. Rapidamente comunicou ao Diretor-Geral, na época Carlos Eduardo, e infelizmente não tiveram tempo de apresentar à comunidade o que de fato estava acontecendo, pois nem projeto a Prefeitura tinha apresentado. Marlon ressaltou que a Prefeitura precisa da anuência do IFRJ para abrir um processo de licenciamento ambiental ainda, e que durante a reunião da Comissão conversaram sobre o que Instituto Estadual do Ambiente (INEA) poderia estar pensando disso tudo, será que eles sabem onde pretendem jogar a água? Marlon informou que temos um assento no Conselho Municipal de Meio Ambiente, ele é representante do Instituto, e que terá uma reunião na data de hoje, então pensou em falar um pouco sobre o espaço do ECCOE ou solicitar pauta para uma reunião extraordinária do Conselho. Professor Cilmar pensou





numa apresentação para engajar o apoio da população de Pinheiral, e a ideia central passaria por algo mais ou menos assim: "Você não quer a água invadindo a sua casa? o IFRJ também não. Estamos juntos por uma solução completa para a drenagem de águas." É importante que nessa mensagem a gente se coloque como efetivamente somos, parte da população de Pinheiral. Professor Arimathéa completou sugerindo que acrescente "solução completa e definitiva". Professor Anderson reforçou que na condução desse processo de audiência temos que tomar cuidado com a exposição, porque pode resvalar para algum desentendimento político. Sugeriu que seja feita apenas uma apresentação técnica e posteriormente essa campanha de diálogo com a comunidade, pois apresentar como solução completa e definitiva pode gerar um ruído politicamente. Professor Cilmar destacou que o que for dito na apresentação depende para quem vai ser falado, se for para a Prefeitura pode ser somente técnico, mas se for chamar a população um discurso técnico não é suficiente para gerar engajamento e mudança de percepção. Professor Marcos Fábio perguntou se mais alguém tinha algo a acrescentar, como não teve mais nenhuma observação, informou que encaminhará o parecer do CoCam favorável sobre a audiência pública, bem como o parecer da Comissão de Meio Ambiente. Todos concordaram. Professor Anderson solicitou que após o envio do documento elaborado pela comissão, que a Direção-Geral envie à comunidade do Campus. Professor Marcos Fábio respondeu que irá falar no Informes Gerais da Reunião Geral e perguntou se todos concordam que a respeito do documento que seja encaminhado a princípio para os membros do CoCam e posteriormente à entrega na prefeitura, que seja enviado para nossa comunidade, para evitar ruído e todos acataram. Seguindo pra o terceiro ponto de pauta **avaliação sobre retorno das atividades presenciais**. Marcos Fábio informou que faria uma introdução e convidou a Diretora de Ensino, professora Sabrina para concluir. Marcos Fábio iniciou falando que havia publicado uma nota com a suspensão das atividades práticas presenciais no Campus até o dia 25 de março e que na sequência recebemos uma nota do Comitê Operativo de Emergência (COE) com um posicionamento final que o retorno será dia 04 de abril de 2022, totalmente presencial. Teve uma reunião do COE, com integrantes da comissão local, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e o Reitor do IFRJ em que foi reforçada a data 04 de abril para o retorno presencial e com a possibilidade de não haver distanciamento 1 metro em Campus que não seja possível tal medida. Professor Marcos Fábio destacou que no nosso Campus temos o prédio novo que foi inaugurado no final do ano passado, então os alunos do ensino médio poderão utilizar durante o dia. E falou que precisava dessa reunião do CoCam acontecer antes da reunião geral para que discutissem alguns assuntos antes. Não podíamos encerrar o ano letivo sem dar as devidas informações para a comunidade do Campus. Professor Marcos Fábio relatou que na reunião da Comissão Local de Enfrentamento ao Covid fizeram algumas deliberações que gostaria de passar aos membros, uma delas é que vamos conseguir manter o distanciamento de 1 metro, a aferição de temperatura será realizada na portaria do Campus e faremos uma força tarefa tentando evitar aglomeração. Outra deliberação é ampliar o horário de funcionamento do refeitório para diminuir a aglomeração e usar o espaço da quadra, mas será discutido com a equipe de educação física ainda. E a última deliberação é que não abrirá o alojamento nesse primeiro momento e que na primeira semana de aula analisará a situação do País e se reunirão para decidir. Marcos Fábio informou que existe uma Lei Municipal que exige a apresentação do passaporte vacinal e decidiram enviar um memorando ao COE e Chefia de Gabinete da Reitoria solicitando um posicionamento formal quanto a isso. Marcos Fábio solicitou ao técnico-administrativo Leonardo que projetasse para uma breve leitura a lei nº 1.222, de 29 de novembro de 2021 que dispõe como medida sanitária de caráter excepcional, sobre a obrigatoriedade de comprovação da vacinação contra COVID-19, para o acesso e a permanência nos estabelecimentos e locais que menciona, e dá outras providências. Após a exposição, professor Cilmar pontuou que a lei está bem clara e objetiva, porém precisamos de um respaldo da Reitoria, pois estão surgindo algumas decisões judiciais contrárias a comprovação vacinal, principalmente para menores de idade. Outro ponto é que no nosso





caso em específico temos um público de alunos que todos os dias teria que apresentar a carteirinha, portanto questionou se seria possível ter uma pessoa com um computador na portaria em que tivesse uma grande listagem em excel por ordem alfabética, em que a pessoa se identificasse pelo nome e apresentasse a carteirinha e no próximo apenas se identificasse com um documento e enquanto uma aferisse a temperatura a outra consultaria a lista. Seria uma maneira de diminuir o fluxo e evitar aglomeração. Marcos Fábio ressaltou que a Direção de Ensino está elaborando um formulário através do Google Forms para os alunos preencherem sobre a situação vacinal pra previamente informar e comprovar. Nós teremos a informação de quem tomou ou não a vacina e quem não tomou ou não respondeu analisaremos caso a caso. Também enviaremos um formulário para todos os servidores anexarem seus comprovantes de vacinação. Professor Anderson sinalizou que a reunião com a Reitoria foi bem preocupante para a administração dos Campi porque trouxeram a fala do Secretário de Saúde que dentro das suas previsões políticas sobre o processo de vacinação e de controle da pandemia que tem se equivocado diversas vezes como por exemplo, sinalizou que teríamos Ano Novo e depois Carnaval, sendo que é de competência sanitária. Como a Reitoria não trouxe nada de concreto para acalmar os servidores, nós estamos trabalhando para minimizar os impactos. Como o nosso conselho é constituído pelos três segmentos (discente, docente e técnico-administrativo) seria importante trazer também para essa discussão um representante de terceirizado e dizer que nós temos uma lei municipal e pedir para que divulguem. Professor Anderson sugeriu que o Campus se reunisse com o Conselho Tutelar para ver a questão dos nossos alunos menores de idade e com a Vigilância Sanitária, pois provavelmente teremos alunos que não se vacinaram por decisão dos pais. Professor Anderson sugeriu também, que os representantes façam um debate aberto com as categorias para esclarecer todas as dúvidas pertinentes a esse retorno presencial. Marlon sugeriu que a Direção-Geral envie por e-mail a Lei para todos os servidores e que cole em pontos estratégicos da Instituição. Professora Sabrina reforçou que as informações dos alunos, respondidas no Google Forms, ficará sob responsabilidade da Coordenação de Turno (COTUR). Sobre a conversa com o Conselho Tutelar, estão aguardando o levantamento desses dados do passaporte vacinal para conversar com os pais também. Sabrina informou que está solicitando que essa documentação também fique registrada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) tanto para os discentes quanto os docentes. Professor Marcos Fábio pontuou que precisaria finalizar a reunião, pois já está se aproximando ao horário da reunião geral e pediu para os dois últimos pontos de pauta ficar para a próxima reunião do CoCAM. Professor Anderson sinalizou que o ponto de pauta **Acesso aos dados dos estudantes cotistas do Campus** do NEABI é simples e é apenas uma solicitação que já vem fazendo que é o acesso aos estudantes cotistas pretos, pardos e indígenas para que possa fazer o acolhimento, o acompanhamento e a orientação, pois a preocupação é eles apresentarem estado de vulnerabilidade social e dessa forma o núcleo poder pensar em estratégias de ampliação dos cuidados. Professor Marcos Fábio respondeu que sobre a solicitação do NEABI basta enviar um e-mail para o setor responsável de matrículas e solicitar os dados. Professor Marcos Fábio então informou que a outra pauta do **Fluxograma em casos de assédio – NUGEDS** ficará para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Marcos Fábio encerrou a reunião e eu, Thalita Russoni de Carvalho Bernini, lavei a ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente do CoCAM.